

Reflexões em torno do processo de expansão do cristianismo na Alta Idade Média e sua relação com o estabelecimento dos reinos germânicos: um debate historiográfico

Luís Fernando Pessoa Alexandre

Universidade Estadual de Maringá, UEM, PR

INTRODUÇÃO

A historiografia especializada em História Medieval contempla variados aspectos do processo de formação do Ocidente. É reconhecido entre os pesquisadores da área que muitos elementos que provocaram o aparecimento gradual do Ocidente europeu tiveram um impulso caracteristicamente cristão. Desde o latim pronunciado nas missas até o direito canônico e a criação das escolas urbanas e universidades na Idade Média Central, é notória a presença de colunas religiosas provocando o surgimento de uma nova cultura. Tal cultura inscreve-se no contexto maior da chamada *cristandade*, estudada por historiadores como Jacques Le Goff, por exemplo. E é considerando o desenvolvimento da cristandade e sua relação com a formação do Ocidente que pensei em elaborar este artigo.

Muitas investigações historiográficas voltadas para o tema do estabelecimento dos reinos germânicos no período compreendido entre os séculos V e IX levam em conta as relações que as lideranças políticas e culturais daqueles reinos novos tiveram com cristianismo. Particularmente acredito que um pesquisador da Alta Idade Média não pode descurar desta que, sem dúvida, é uma das questões centrais para o entendimento da cultura e da política de um Ocidente medieval em formação. As relações entre os representantes dos novos reinos de uma cristandade nascente e os representantes da Igreja Católica foram evidentes e fazer uma análise nesse sentido nos ajuda a compreender não apenas o período em si e suas principais questões, mas, também, nos dá elementos para compreender a

10.4025/6cih.pphuem.500

própria dinâmica entre os poderes temporal e espiritual na Idade Média como um todo.

A análise dos debates historiográficos acerca da formação do Ocidente Medieval nos fornece informações e conceitos suficientes para propor uma reflexão sobre o tema deste artigo.

A QUESTÃO DA FRAGMENTAÇÃO POLÍTICA E CULTURAL DO IMPÉRIO ROMANO: A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO ESPAÇO CULTURAL NO OCIDENTE

Começamos a nossa abordagem analisando algumas informações que nos são apresentadas pela historiadora Rosa Sanz-Serrano. A obra que tomamos como referência para iniciar nossa incursão neste pequeno debate é *Las migraciones bárbaras y la creación de los primeros reinos de Occidente*, obra que veio a lume em 1995. Ao destacar os períodos iniciais da formação do Ocidente Medieval a autora retoma o debate sobre a questão da decadência do Império Romano, largamente estudado pela historiografia.

Rosa Sanz Serrano acredita que o processo de construção do novo espaço cultural no Ocidente carregou as marcas de antigas relações entre romanos e germânicos. A presença deste na cultura romana é, segundo a autora, antiga, remontando ao século I a.C. Especialmente no campo militar os contatos entre os dois povos intensificaram-se a partir do momento em que Roma consolidou-se verdadeiramente como um império. Antes de começarem as primeiras invasões, por volta do século III d.C., os germânicos já apresentavam um histórico de relações militares e econômicas com os seus anfitriões. A autora afirma que após a fragmentação do Império surgem líderes germânicos que herdarão a cultura romana na política, na guerra e também na religião. Essa questão já foi muito discutida pela historiografia e, no nosso caso, aqui, serve apenas como um ponto de partida para discutirmos o tema central.

10.4025/6cih.pphuem.500

A historiografia nos informa a respeito das razões que provocaram o contato – beligerante ou não – entre germânicos e romanos. Há várias razões para explicar-lo. Uma delas é o fato inegável do próprio crescimento do Império, o que levou os romanos a entrarem em contato com diversos povos do norte da Europa e também do Oriente. Do lado dos germanos sempre houve uma valorização da atividade guerreira e o seu reconhecimento como elemento que dava significado à vida social. Sobre esta questão Serrano afirma que:

(...) fue precisamente esta forma de organización política y militar la que explica en gran parte el fenómeno de las invasiones, al ser la principal causante de actos de bandidaje y extorsiones, entre si y contra otros estados, por la necesidad de mantener el prestigio del jefe y huir del ocio, mientras los ancianos y mujeres llevaban a cabo las principales labores agrícolas, consideradas por jóvenes como denigrantes. (SERRANO, 1995, P.p. 47-48)

Além disso ela acredita que as relações econômicas entre romanos e germânicos também favoreceram o processo de migrações. Como ele mesma afirma, “*el conocimiento de las riquezas y productos que se podían obtener de los pueblos más allá de las fronteras fue un importante condicionante de movimientos de grupos y pueblos hacía estas*” .(Idem, p.61). Para os germanos, os territórios romanos eram extremamente atraentes, principalmente pelo fato de poderem servir de espaço para saques e para a confirmação dos valores sociais no campo de batalha. Possuidores de ancestral marca guerreira, os germânicos tinham “*parte de la población encauzada a la lucha, la incursión y rapiña de otros territorios*”. (Idem, p.84)

De acordo com George Duby era característico dos povos de origem germânica praticar a guerra como uma atividade ritualística (DUBY, 1980). Ir para o combate era sinal de grande valor e coragem para todo jovem germânico. É fato reconhecido que a guerra no mundo antigo e também no mundo medieval sempre carregou consigo a marca da sacralidade e que, portanto, uma incursão bárbara em território romano poderia significar não

10.4025/6cih.pphuem.500

propriamente uma ação de “barbárie” segundo o conceito que lhe damos hoje. É claro que muitos povos germânicos desejavam participar da grandeza romana tornando-se seus aliados ou simplesmente saqueando parte de sua riqueza, mas, também, consideravam a ação de saquear como parte constitutiva de seu modo de vida.

A própria Rosa Serrano destaca aspectos desta questão em passagens de sua obra assim como o faz Duby no livro *Guerreiros e Camponeses: os primórdios de crescimento europeu do século VII ao século XII*. Para ele, a guerra entre os povos germânicos estava eivada de sacralidade. Do mesmo modo, segundo o autor, as oferendas, as trocas de produtos diversos, alimentos, etc. possuíam a mesma importância espiritual. Duby afirma que tanto a guerra como as oferendas eram “a própria condição do poder que o soberano exercia sobre os seus companheiros e que nele fora delegado pelos deuses”. (DUBY, 1989, p.63). Ele afirma que “era também condição de uma purificação, um rejuvenescimento periódico do grupo social” (idem, lb.). Parte dos contatos envolvendo germanos e romanos contemplam essa dimensão imaterial da experiência humana.

Rosa Sanz Serrano afirma que, ainda hoje, boa parte das informações que colhemos sobre a época tem origem romana, notadamente oriundas de uma aristocracia política e cultural dentro da qual encontramos, por exemplo, os relatos do ditador Júlio César e do historiador Tácito, principalmente com a sua obra *Germania*. Do lado dos germanos a autora nos diz que a quantidade de informações é menor em função da raridade ou até inexistência de fontes escritas que nos permitam clarear aspectos das relações entre aqueles povos do norte da Europa e os representantes da civilização por eles cobiçada, os romanos. Abundam fivelas, armas, algumas moedas e demais apetrechos de ordem material cuja análise acaba sendo tão acurada e minuciosa de se fazer quanto difícil de chegar-se ao conhecimento de seus hábitos e cultura. Logo, a herança que os dois povos nos legaram em termos de documentação é visivelmente desproporcional, o que, segundo a autora, pode levar – e geralmente leva - o pesquisador a conhecer muito bem a visão dos romanos

10.4025/6cih.pphuem.500

sobre os famigerados bárbaros e muito pouco sobre o que os próprios bárbaros pensavam de si e dos romanos.

Mesmo havendo uma desproporção documental entre a história dos germanos e a dos romanos (fartamente recheada, especialmente a partir do período imperial) é possível recorrer à historiografia voltada para a Idade Média e observar que há, hoje, uma maior quantidade de informações sobre a vida daqueles povos. No próprio livro *Las migraciones bárbaras y la creación de los primeros reinos de Occidente*, de Serrano, encontramos interessante lista de livros e demais publicações na área além de fontes para estudo.

Ela acredita que o processo de migrações de povos no Ocidente Medieval inicia-se por volta do século III da Era Cristã e acontece por várias razões. Ela elenca as variações climáticas no Leste Europeu, as dificuldades que os imperadores romanos tinham para cuidar de suas fronteiras, as crises internas dentro do Estado e do exército, a vontade que os outros povos tinham de tornarem-se poderosos e ricos dentro de Roma, o enfraquecimento da antiga aristocracia, crise fiscal, etc. Ela nos dá uma multiplicidade de razões que, combinadas com as constantes tensões entre romanos e germânicos acabaram provocando a transferência de poderes dos antigos romanos para os novos e inquietos líderes germânicos.

Serrano afirma que foram conjunturas internas do Império que permitiram aos bárbaros criar reinos cujas fronteiras tinham uma relação próxima com o passado romano. As mudanças estruturais que ocorreram a partir do século II facilitaram a entrada de povos que esperaram por muito tempo a oportunidade de converter-se, se não em herdeiros de um Império já transformado, pelo menos em membros importantes do mesmo (SERRANO, 1995). Como conseqüência, os reinos bárbaros acabaram herdando parte dessas estruturas romanas, mantendo intactos alguns de seus aspectos ou interpretando-os segundo a sua própria visão de mundo. Assim, segundo a autora, a época das migrações ou invasões bárbaras pode ser entendida muito mais como um tempo de transição entre a Antiguidade e o Medievo, entre algumas estruturas políticas, socioeconômicas e religiosas em processo de

10.4025/6cih.pphuem.500

transformação, e as inovações dos povos que se assentaram em seus territórios, os quais já estavam fora do controle político romano. Ou seja, o novo mundo criado caracteriza-se por uma dialética entre continuidade das estruturas do passado e mudanças dentro de um novo sistema. (SERRANO, 1995).

O historiador francês Lucien Musset (1922-2004) também comentou a natureza dos contatos culturais entre germânicos e romanos ao longo de pelo menos cinco séculos de história. Assim como afirma Serrano, Musset nos diz que havia um verdadeiro abismo que separava o mundo germânico da civilização romana. O primeiro era animado por um singular dinamismo, *“pero unicamente rural, casi analfabeto, sin verdadera organización estatal”* (MUSSET, 1967, P.113), enquanto que a segunda era *“un poco decrepita, fundada en las ciudades y el derecho escrito, y sometida, a partir de Diocleciano, a la aplastante autoridad de una burocracia totalitaria”* (idem). Na visão do autor, o fenômeno das migrações bárbaras promove o relacionamento entre uma civilização clássica, urbana e de origem greco-oriental e um conjunto de sociedades de tipo agrário-pastoril, guerreiras, rústicas, mas com intenso poder de renovação cultural.

Do resultado do encontro entre duas civilizações tão diferentes Musset afirma que haverá uma *“renovación general de los cuadros sociales”* e que *“deste episodio decisivo surgió la Edad Media europea”* (MUSSET, 1967, P.113)).

Para o autor, um dos resultados do encontro entre aqueles mundos distintos foi a fragmentação da unidade lingüística, política e cultural construída pelos romanos no Ocidente. A essa unidade cultural comum o autor confere o nome de *romanía* que, aqui, traduzimos como romanidade.

O fenômeno das migrações proporcionaria um forte intercâmbio cultural entre os dois grupos, em função do qual, em proporções distintas, *“todas las civilizaciones medievales de Occidente son herederas a la vez de Roma y de los germanos.”*(Idem, lb.). Houve, portanto, uma “germanização” dos romanos assim como uma “romanização” dos germânicos.

10.4025/6cih.pphuem.500

Lucien Musset afirma ainda que as chamadas *invasões bárbaras* – que são *migrações* para Rosa Sanz Serrano – não tiveram responsabilidade direta pelo desmembramento do Império. Para ele, assim como afirma Serrano, a sociedade romana apresentou tendências centrífugas em sua estrutura antes da queda de Roma (476). Segundo o autor, elas ocorreram livremente quando “*ya no hubo administración ni enseñanza comunes, cuando la classe dirigente se fraccinoó*”(MUSSET, 1967, p.p.120-121).

Para o historiador norte-americano William Carroll Bark (1909-1996), os valores e instituições da Antiguidade Clássica perderam a sua capacidade de liderança cultural no Ocidente nos séculos IV e V. Não que isso signifique que as migrações (ou invasões) dos povos bárbaros não tenham contribuído para o seu enfraquecimento, como de fato o autor o reconhece. A questão principal deste tema para Bark é a de que no período considerado houve um desgaste interno daquela civilização cujos efeitos impediam-na de produzir novos frutos. O cenário cultural romano se caracterizaria como infértil ou cansado. Quando um retorno ao passado tornou-se inviável, como tentaram Diocleciano no século III e Justiniano do século VI, deixou-se o caminho aberto para uma nova experiência civilizacional, com novas forças criadoras.

No seu livro *Origens da Idade Média* (1966) o autor afirma, por exemplo, que a restauração do império empreendida por Diocleciano e a oficialização do cristianismo por Constantino, tornaram possível “*substituir a unidade política romana pela unidade religiosa cristã e deram aos Pais Cristãos uma oportunidade muito melhor de se apropriarem do conhecimento clássico e empregá-lo com finalidades cristãs*” (BARK, 1966, p.51).

Percebemos que, do mesmo modo como Serrano e Musset, Bark acredita que os problemas *internos* da sociedade romana produziram as condições favoráveis ao seu desmembramento e posterior renovação tendo já novos fundamentos. Tal renovação começa de modo mais intenso por volta do século V e tem como um de seus principais causadores o cristianismo. No entanto, ele não acredita que houve um processo de continuidade tão forte dos valores clássicos dentre os primeiros reinos germânicos. Para ele, os primeiros

10.4025/6cih.pphuem.500

reinos medievais apropriaram-se do conhecimento greco-romano e o reinterpretaram à luz do pensamento cristão.

Por isso o autor postula a tese de que o dinamismo dos primeiros reinos da cristandade esteve associado ao fato deles surgirem em um momento de renovação cultural de estruturas antigas, cuja liderança no Ocidente houvera perdido em função de seu próprio desgaste interno. Destaca-se que esse fenômeno inicia-se dentro da própria sociedade romana antes de acontecerem as invasões.

A ATRAÇÃO DOS POVOS GERMÂNICOS PELA CULTURA ROMANA

A cultura romana atrai os bárbaros. Como destacou Serrano (1995), os germanos procuram imitar a estrutura política e administrativa dos romanos no intento de serem os seus continuadores (SERRANO, 1995). Jacques Le Goff analisou esse comportamento presente em muitos líderes germânicos e chegou a conclusões interessantes. Segundo ele, muitos líderes bárbaros chegaram a chamar romanos para seus conselhos e, em muitos casos, procuraram “macaquear” os seus costumes e “ornar-se com títulos romanos: cônsules, patrícios, etc. Não se apresentavam como inimigos das instituições romanas mas como seus admiradores.” (LE GOFF, 1995,P.39). Ele ainda diz que os bárbaros, “quando muito, podiam ser tomados por usurpadores.” (Idem, lb.).

Le Goff acredita que nenhum rei bárbaro pensou seriamente em reivindicar o título de imperador antes de Carlos Magno. Quando em 476 Odoacro depôs o imperador do Ocidente Rômulo Augusto, enviou as insígnias imperiais ao então imperador de Constantinopla, Zenão, dizendo-lhe que apenas um imperador era suficiente (LE GOFF, 1995). “O mais poderoso de todos, Teodorico”, diz o autor, “tomou nome romano de Flavius e escreveu ao imperador: ‘ego quis um servus vester et filius’”, ou seja, “eu que sou vosso escravo e vosso filho”, declarando que o seu único objetivo era fazer do seu próprio reino “uma imitação do vosso, uma cópia do vosso império sem rival”.

10.4025/6cih.pphuem.500

(Teodorico *apud* LE GOFF, 1995, P.39). Por isso o autor declara que “foi preciso esperar pelo ano 800 e por Carlos Magno para que um chefe bárbaro ousasse fazer-se imperador.” (Idem, lb.)

CRISTIANISMO, CULTURA ROMANA E OS REINOS GERMÂNICOS NA ALTA IDADE MÉDIA

Podemos perceber alguns aspectos da influência do cristianismo no período pós-romano, logo após *el torbellino de las invasiones* - como escreveu Lucien Musset. Em muitos casos aquilo que os historiadores chamaram de romanidade – conjunto dos valores e símbolos que compoariam a unidade da própria cultura romana – carrega consigo elementos cristãos. Serrano (1995), Lucien Musset (1967), Jacques Le Goff (1995), Roger Collins (2000) e outros afirmaram que após a fragmentação do poder imperial romano houve uma espécie de continuidade cultural e simbólica entre o mundo antigo e medieval. O que eles chamam de romanidade - ou *romanía* em espanhol - teria sobrevivido no meio de outros povos que, justamente em função da fragmentação política da antiga aristocracia romana ocupariam a partir do século V a liderança do mundo Ocidental.

De certo modo, dentro do conceito de romanidade podemos inscrever o próprio cristianismo, uma vez que esta religião desenvolve-se dentro do Império e projeta-se posteriormente por toda a Europa. O historiador inglês Roger Collins em seu livro traduzido para o espanhol como *La Europa de la Alta Edad Media, 300-1000* teceu argumentos nesse sentido demonstrando como a cultura romana tornara-se cristã em muitos aspectos e que sua influência pode ser sentida até os dias de hoje. Ele afirma que muitos aspectos da tradição intelectual do Baixo Império “sobreviven hasta hoy en día, y han contribuído a configurar todas las sociedades que se han formado en la Europa mediterránea y septentrional desde el siglo V en adelante” (COLLINS, 2000, P.,138)

10.4025/6cih.pphuem.500

Jacques Le Goff, em seu *A Civilização do Ocidente Medieval* destaca o cristianismo como uma espécie de barqueiro da cultura romana que a reinterpreta por todo o Ocidente europeu. Segundo o autor, “o cristianismo, religião de vocação universal, hesita fixar-se nos limites de uma única civilização. Será, sem dúvida, o principal agente de transmissão da cultura romana ao Ocidente medieval” (LE GOFF, 1995, P.29). Em seu livro *As Raízes Medievais da Europa* ele novamente chamou a religião cristã e o próprio conjunto da cristandade de *barqueiros da antiguidade* (LE GOFF, 2007). O medievalista francês ainda destaca a proeminência da Igreja Católica no Ocidente, especialmente a partir do século V, a qual foi praticamente “convocada” pelas circunstâncias a assumir um papel de liderança cultural logo após a fragmentação do Império Romano do Ocidente (LE GOFF, 1995).

Em seu livro *A civilização feudal* (2006) Jérôme Baschet destacou brevemente o papel de vanguarda que o cristianismo assumiu no Ocidente, especialmente a partir do século V. Segundo o autor a dianteira cristã favoreceu-se do processo de fusão de elites germânicas e latinas, o que assinalou o estabelecimento, na Europa, de um estilo de vida comum a aristocracia, especialmente na Espanha visigótica e entre os francos. Ele acredita que “essa fusão cultural romano-germânica é um dos traços fundamentais da Alta Idade Média e foi, sem dúvida, entre os francos que teve maior êxito, o que é um dos ingredientes de sua expansão” (BASCHET, 2006, P.53). A liderança espiritual desta nova aristocracia medieval coube à Igreja Católica e à cultura cristã por ela fomentada, a qual, se ainda não era plenamente partilhada entre todas as pessoas da Europa, já era própria das classes dirigentes. Como afirma Le Goff, “pelo menos ao nível das camadas sociais mais instruídas, ambos [a herança pagã e o contributo cristão] tinham alcançado um grau de homogeneidade suficiente para que possamos considerá-los como associados” (LE GOFF, 1995, P.149).

A esmagadora maioria das pessoas – muitos da classe aristocrática – não sabia ler nem escrever no Ocidente da Alta Idade Média. Por essa razão as lideranças da Igreja representadas por um exército de padres, bispos e

10.4025/6cih.pphuem.500

monges encarregou-se de desenvolver uma maneira mais fácil de ensinar a doutrina cristã e de ensinar também disciplinas como filosofia, lógica, literatura, etc. Os religiosos católicos assumiram na Idade Média tarefas intelectuais além da própria missão espiritual. Em função da rusticidade da maioria das pessoas e da presença de elementos pagãos em sua formação os religiosos adaptaram sua escrita e fala à capacidade de compreensão dos incultos. Fizeram isso não sem um pouco de desgosto. Le Goff afirma que é interessante ver os mais *“cultos e os mais eminentes representantes da nova nata social cristã (...) renunciar ao que ainda possuem (...) de requinte intelectual para se pôr ao alcance de suas ovelhas.”* (LE GOFF, 1995, P.153). Césaire d’Arles, por exemplo, diz que já que os ignorantes e mais simples *“ não podem elevar-se à altura dos letrados, que os letrados se dignem descer até a sua ignorância”* (Idem, lb., P.154). Ele ainda complementa que os homens cultos *“podem compreender o que foi dito aos simples, mas os simples não são capazes de tirar proveito do que se poderia dizer aos sábios”* (idem, lb.). Cesaire d’Arles repete a frase de S. Jerônimo dizendo que *“o pregador deve suscitar mais gemidos que aplausos”*(Idem, lb.).

O batismo de alguns reis ao catolicismo teve importância capital para o desenvolvimento de uma cultura cristã em seus reinos, como sucedeu com Recáredo na Espanha visigótica e com Clóvis na Gália dos francos.

Em 590 João de Biclara comparou o rei visigótico Recáredo a Constantino pelo fato de converter-se ao catolicismo e condenar o arianismo na Península Ibérica com o apoio dos bispos (PEDRERO-SÁNCHEZ, 2000). Ele afirma que no concílio assistido pelo rei *“a perfídia de Ario foi cortada de raiz, após prolongadas matanças de católicos e sofrimento de inocentes (...)”* e que graças a ele e aos bispos tal violência *“já não pululará mais por nenhum lugar onde se tenha dado às igrejas a paz católica”*. (TUÑON DE LARA *apud* PEDRERO-SÁNCHEZ, 2000, P.46).

Na *Lettre de Saint Avit à Clovis*, que trata do batismo de Clóvis, encontramos interessante descrição do rei franco como um grande líder político no Ocidente e protetor da Igreja Católica (PEDRERO-SÁNCHEZ, 2000). Dentre

10.4025/6cih.pphuem.500

os excertos da carta encontramos mensagens extremamente honrosas à figura real dignificando-o pelo fato de ter se decidido pelo batismo e por ter negado as suas ancestrais tradições pagãs. Santo Avito, o autor da carta, saúda o novo monarca converso pelo poder que ele tem de, através do próprio exemplo, fazer milhares de novos fiéis em seu reino. O tom laudatório contempla passagens como esta: “*A Providência Divina descobriu o árbitro de nosso tempo. A escolha que haveis feito por vós mesmo é válida para todos. Vossa fé é nossa vitória.*”(*Lettre de Saint Avit à Clovis* In: M.G.H. Auctores Antiquissimi, In: CALMETE *apud* PEDRERO-SÁNCHEZ, 2000, P.46). Avito também comenta o bom exemplo de Clóvis ao renunciar ao paganismo de sua genealogia franca : “*de toda vossa antiga genealogia, vós não quisestes reter outra coisa que vossa nobreza*”, fazendo assim com que a sua descendência “*fizesse começar em vós todas as glórias que ornam uma alta origem*”, e professa que “*vós marchais sobre a trilha de vossos ancestrais governando aqui, vós abris a estrada a vossos descendentes querendo reinar no céu*”(idem,lb.).

As bases cristãs do poder político franco alcançarão o período carolíngio, que se espria do século VIII ao IX, aproximadamente. Esta será uma das maiores heranças deixadas pelo cristianismo ao Ocidente. No século IX o processo de formação da Cristandade atingirá um novo nível, mais arraigado e abrangente. Grande parte das lideranças políticas do medievo exerce o poder real segundo as obrigações cristãs exigidas pela Igreja. Na sociedade carolíngia, por exemplo, o rei tem a certeza de que só o é em função da graça de Deus. O estilo de vida monacal largamente desenvolvido entre os séculos V e IX tornara-se um exemplo de conduta a ser seguido por muitos membros das elites políticas.

Louis Halphen, em seu livro *Carlo Magno y el Imperio Carolingio* (1992) destaca a importância que as escrituras sagradas tinham para Carlos Magno e também comenta a vontade que o imperador católico sentia de aperfeiçoar-se no conhecimento da doutrina de sua religião. Ademais, Carlos Magno, por mais que fosse relativamente inculto, sabia passagens *de cor* da Bíblia e exigiu em

10.4025/6cih.pphuem.500

sua corte a presença de grandes mestres. Halphen nos diz que “*Carlos se creia, pues, investido de um verdadero sacerdocio*” (HALPHEN, 1992, P.177), e querendo imitar os reis bíblicos do Antigo Testamento tinha a preocupação de “*conducir a sus súbditos por el camino del bien y en torno a este pensamiento dispone en gran parte su acción*” (idem, lb.). O imperador estava convencido de que apenas conseguiria o auxílio de Deus na medida em que soubesse conservar e fortalecer os sentimentos cristãos de seu povo e na medida em que atendesse à causa da religião e fizesse tudo “*mirando aquella felicidad eterna que está prometida a los príncipes y a los pueblos que han cumplido en la tierra la voluntad del Señor*” (idem, lb.).

Não parece estranho, portanto, que Luís, o Piedoso, filho de Carlos Magno e também imperador da dinastia carolíngia, tenha sido analisado por Louis Halphen como um monarca que buscava comportar-se quase como um monge (HALPHEN, 1992).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo a historiografia o tema da formação do Ocidente Medieval deve levar em consideração pelo menos três aspectos: 1) o processo de fragmentação política do Império Romano, 2) a interação cultural entre latinos e germânicos e 3) a ação de representantes da cultura cristã especialmente a partir do século V. Neste artigo apresentei um pouco das minhas próprias reflexões sobre o tema atentando para os pontos de aproximação entre a nascente cultura da Cristandade e o estabelecimento das próprias bases políticas do Ocidente Medieval. Claro está que o assunto ainda rende muitas pesquisas das quais este artigo é apenas um pequeno esboço.

Na historiografia voltada para a Idade Média há o reconhecimento de que grande parte do Ocidente Medieval deve a sua formação à força criadora do cristianismo. O historiador norte-americano Thomas E. Woods Jr. chegou ao ponto de escrever que a Igreja Católica foi a responsável direta pela construção do mundo atual (WOODS JR., 2012). Com maiores ou menores

10.4025/6cih.pphuem.500

gradações nas análises acredito que os fundamentos cristãos do Ocidente devem ser analisados com atenção por causa de algumas razões: eles estão presentes no estabelecimento e expansão de novos reinos como os visigodos e os poderosos francos e, conseqüentemente, no nascimento de uma nova relação entre os poderes políticos e as hierarquias eclesiásticas; na formação de uma nova cultura que reúne elementos latinos e germânicos e na busca por novos exemplos de vida como o dos monges, que foram seguidos por governantes como Luís, o Piedoso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARK, W. C. *Origens da Idade Média*. 2ªed. Rio de Janeiro: Zahar Editores 1966.

BASCHET, J. *A Civilização Feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006.

COLLINS, R. *La Europa de la Alta Edad Media, 300-1000*. Madrid: Akal, 2000.

DUBY, G. *Guerreiros e camponeses: os primórdios do crescimento econômico europeu, do século VII ao século XII*. Lisboa: Editora Estampa, 1980.

HALPHEN, L. *Carlomagno y el Imperio Carolingio*. Madrid: Akal, 1992.

LE GOFF, J. *A Civilização do Ocidente Medieval*. 2ªed., vol.1. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

_____. *Raízes Medievais da Europa*. Petrópolis: Vozes, 2007.

MUSSET, L. *Las invasiones: las oleadas germánicas*. Barcelona: Editorial Labor, S.A., 1967.

PEDRERO-SÁNCHEZ, M. G. *História Medieval: textos e testemunhas*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

SERRANO, R. S. *Las migraciones bárbaras y la creación de los primeros reinos de Occidente*. Madrid: Síntesis, 1995.



10.4025/6cih.pphuem.500

WOODS JR., T. E. *Como a Igreja Católica construiu a Civilização Ocidental.*
São Paulo: Quadrante, 2012.